



RELATÓRIO
ANUAL

2016



RELATÓRIO
ANUAL

2016

Sumário

04	<i>Mensagem do Conselho de Administração</i>
05	<i>Pontos de Atendimento</i>
06	<i>Números Consolidados</i>
08	<i>Relatório da Administração</i>
12	<i>Demonstrações Contábeis 2015</i>
17	<i>Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis</i>
34	<i>Relatório dos Auditores Independentes</i>
35	<i>Parecer do Conselho Fiscal</i>



Missão

Gerar soluções financeiras adequadas
e sustentáveis, por meio do
cooperativismo, aos associados
e às comunidades



Visão

Ser reconhecido como a principal
instituição financeira propulsora
do desenvolvimento econômico e
social dos associados



Valores

Transparência
Comprometimento - Respeito
Ética - Solidariedade
Responsabilidade

Princípios do Cooperativismo

- 1º Adesão Voluntária e Livre
- 2º Gestão Democrática pelos Membros
- 3º Participação Econômica dos Membros
- 4º Autonomia e Independência
- 5º Educação, Formação e Informação
- 6º Intercooperação
- 7º Interesse pela Comunidade



Mensagem do Conselho de Administração

O SICOOB CREDISUDESTE viverá intensamente seus 30 ANOS DE CONSTITUIÇÃO no ano de 2017.

O ano de 2016 transcorreu num clima de muita incerteza, haja vista os intemperes de toda ordem vividos pelo nosso Brasil.

Dentro deste contexto, nossa cooperativa trilhou um caminho um pouco diferente, do que fez algumas cooperativas, os bancos, bem como do que sugeria o mercado e o comportamento dos investidores e tomadores.

Fomos austeros e conservadores no quesito concessão de crédito. Não arriscamos. Feito julgado assertivo, quando observamos os altos níveis de endividamento e de inadimplência.

O nosso Conselho de Administração foi renovado, de acordo com nossa legislação e estatuto, na sua AGO de 2016.

Mantivemos a reestruturação que já estava em curso, principalmente na área operacional da cooperativa, promovendo contínuos treinamentos, especialmente na área de análise de crédito, cadastro e cobrança.

No segundo semestre, nos dedicamos a revisar o nosso planejamento estratégico, pois entendíamos que em 2017 seria exigida de nós, uma nova postura comercial, por parte dos nossos associados e do próprio mercado, tendo em vista tudo ocorrido no Brasil nas áreas, econômica, social, financeira e política, sem deixar de lembrar e mencionar a crise moral que vem assolando nosso país.

Em que pese todos os efeitos produzidos pelas adversidades ocorridas no nosso país, por conta das particularidades do nosso modelo de negócio, sua natural independência, nos sentimos seguros, convictos do melhor praticado e otimistas sempre, pela confiança que temos na capacidade de reagir e realizar do nosso Brasil.

Encerramos o exercício de 2016 com um resultado positivo, considerado satisfatório em relação aos resultados obtidos pelo nosso sistema.

Prosseguiremos com nossas metas e propósitos, crendo num 2017 muito próspero, melhor que 2016.

Creemos nos avanços do nosso sistema, nas ações que ainda serão implementadas rumo à conquista de um princípio almejado por todos, que nos fortalecerá e respaldará de forma sistêmica, que é o princípio da SUSTENTABILIDADE.



PAULO ALEXANDRE DE OLIVEIRA CARVALHO
Presidente do Conselho de Administração

Pontos de Atendimento

MURIAÉ-MG (Sede)

Rua Pascoal Bernardino, 101
Centro - CEP 36880-000
CNPJ 22.656.789/0001-76
Telefone fixo: (32) 3729-3200

ALTO CAPARAÓ-MG

Av. Pico da Bandeira, 1449
Água Verde - CEP 36979-000
CNPJ 22.656.789/0006-80
Telefone fixo: (32) 3747-2600

ALTO JEQUITIBÁ-MG

Av. Catarina Eller, 797
Centro - CEP 36976-000
CNPJ 22.656.789/0002-57
Telefone fixo: (33) 3343-1496

CAIANA-MG

Rua Antônio Silva, 114
Centro - CEP 36832-000
CNPJ 22.656.789/0003-38
Telefone fixo: (32) 3745-1200

CAPARAÓ-MG

Rua Júlio de Assis, 85
Centro - CEP 36834-000
CNPJ 22.656.789/0008-42
Telefone fixo: (32) 3747-1025

DIVINO-MG

Rua Presidente Vargas, 65
Centro - CEP 36820-000
CNPJ 22.656.789/0007-61
Telefone fixo: (32) 3743-1250

DORES DO RIO PRETO-ES

Rua Miguel Moreira, 22
Centro - CEP 29580-000
CNPJ 22.656.789/0009-23
Telefone fixo: (28) 3559-1265

ERVÁLIA-MG

Av. Américo Taveira, 90
Centro - CEP 36555-000
CNPJ 22.656.789/0025-43
Telefone fixo: (32) 3554-1783

ESPERA FELIZ-MG

Rua João Sebastião de Amorim, 66
Centro - CEP 36830-000
CNPJ 22.656.789/0024-62
Telefone fixo: (32) 3746-2566

EUGENÓPOLIS-MG

Pça Ângelo Rafael Barbuto, 58
Centro - CEP 36855-000
CNPJ 22.656.789/0015-71
Telefone fixo: (32) 3724-1526

FERVEDOURO-MG

Av. Braulir Marcelino do Prado, 196
Centro - CEP 36815-000
CNPJ 22.656.789/0004-19
Telefone fixo: (32) 3742-1171

MIRADOURO-MG

Rua Alferes Chiquinho, 47
Centro - CEP 36893-000
CNPJ 22.656.789/0013-00
Telefone fixo: (32) 3753-1376

MIRAI-MG

Pça Dr. Miguel Pereira, 109
Centro - CEP 36790-000
CNPJ 22.656.789/0018-14
Telefone fixo: (32) 3426-1006

MURIAÉ-MG (Barra)

Av. Monteiro de Castro, 621
Barra - CEP 36880-000
CNPJ 22.656.789/0017-33
Telefone fixo: (32) 3721-3373

MURIAÉ-MG (Dornelas)

Rua João Dornelas, 390
Dornelas - CEP 36880-000
CNPJ 22.656.789/0022-09
Telefone fixo: (32) 3722-2278

ORIZÂNIA-MG

Pça Dimas Martins Viana, 127
Centro - CEP 36828-000
CNPJ 22.656.789/0010-67
Telefone fixo: (32) 3743-7178

PATROCÍNIO DO MURIAÉ-MG

Av. Silveira Brum, 63 - Salas 5 e 6
Centro - CEP 36860-000
CNPJ 22.656.789/0020-39
Telefone fixo: (32) 3726-1373

SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA-MG

Rua Tenente Estevam, 10
Centro - CEP 36810-000
CNPJ 22.656.789/0005-08
Telefone fixo: (32) 3754-1246

SÃO SEBASTIÃO DA VARGEM ALEGRE-MG

Avenida Afonso Alves Pereira, s/n
Centro - CEP 36793-000
CNPJ 22.656.789/0021-10
Telefone fixo: (32) 3426-7212

UBÁ-MG

Rua Peixoto Filho, 122
Centro - CEP 36500-000
CNPJ 22.656.789/0019-03
Telefone fixo: (32) 3541-3030

VARRE-SAI-RJ

Rua Deputado Francelino Bastos
França, 16
Centro - CEP 28375-000
CNPJ 22.656.789/0012-29
Telefone fixo: (22) 3843-3964

VIEIRAS-MG

Pça Dom Delfim, 101
Centro - CEP 36895-000
CNPJ 22.656.789/0023-81
Telefone fixo: (32) 3755-1027

Números Consolidados

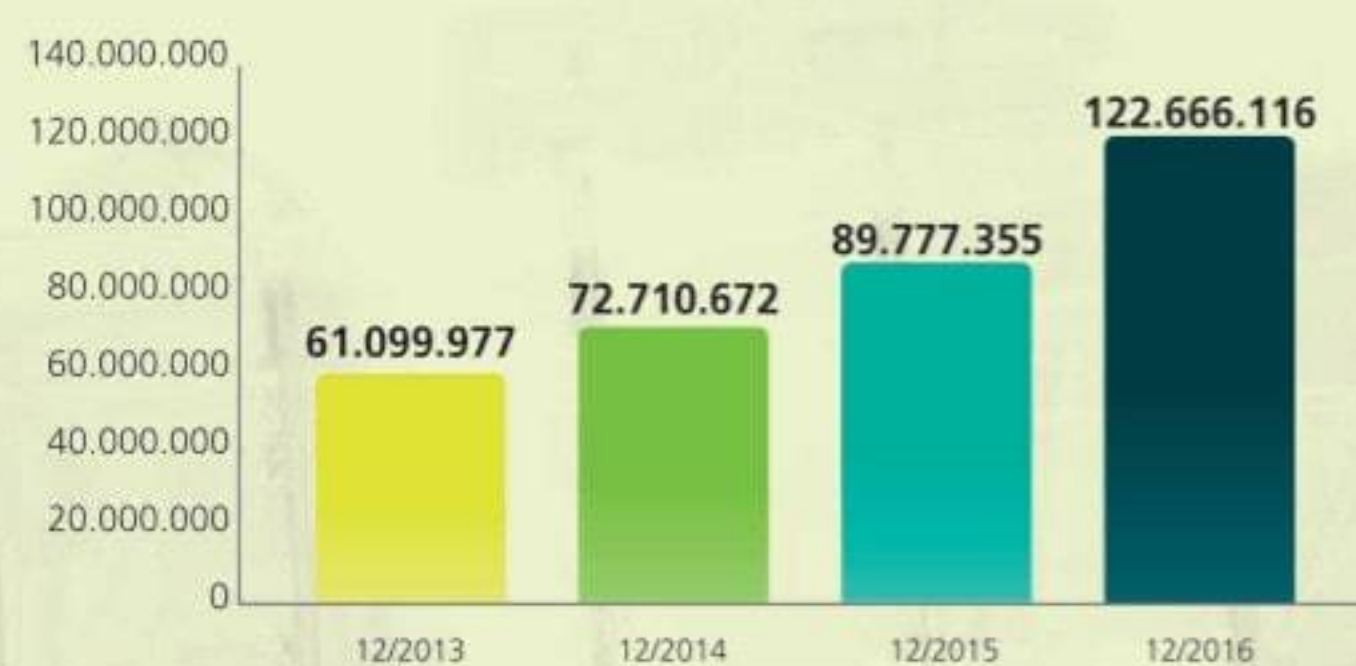
ASSOCIADOS ATIVOS



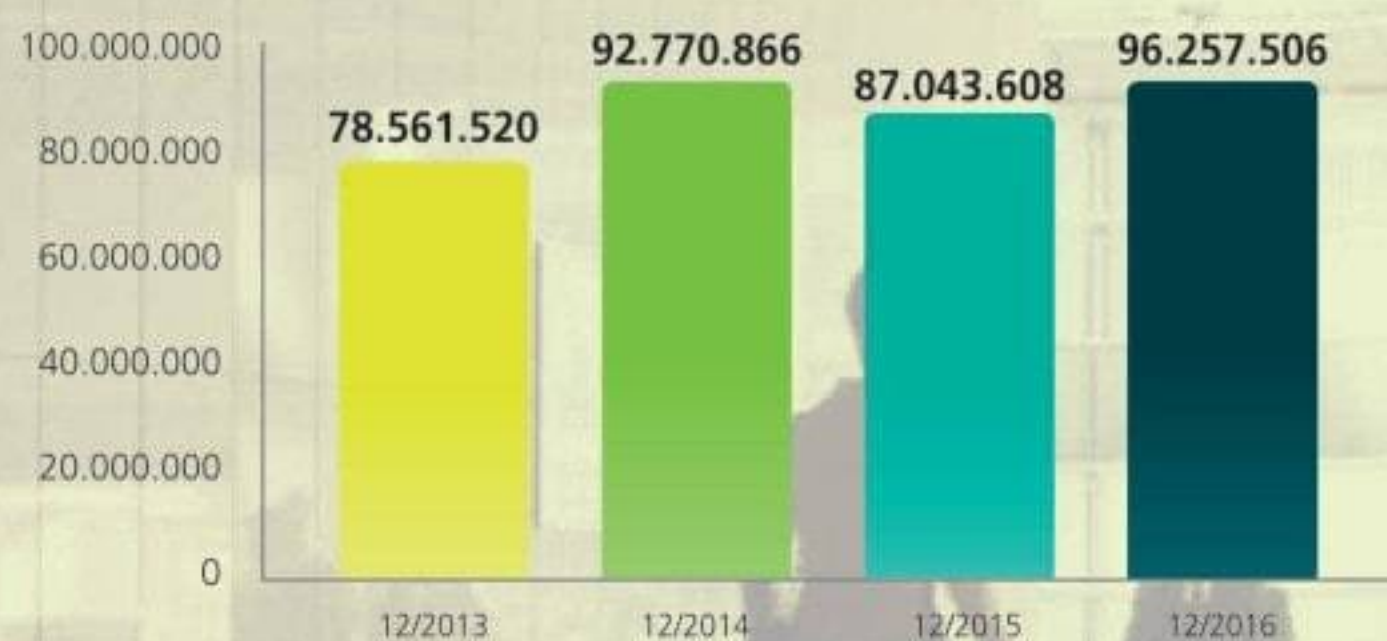
PAGAMENTO DE JURO AO CAPITAL



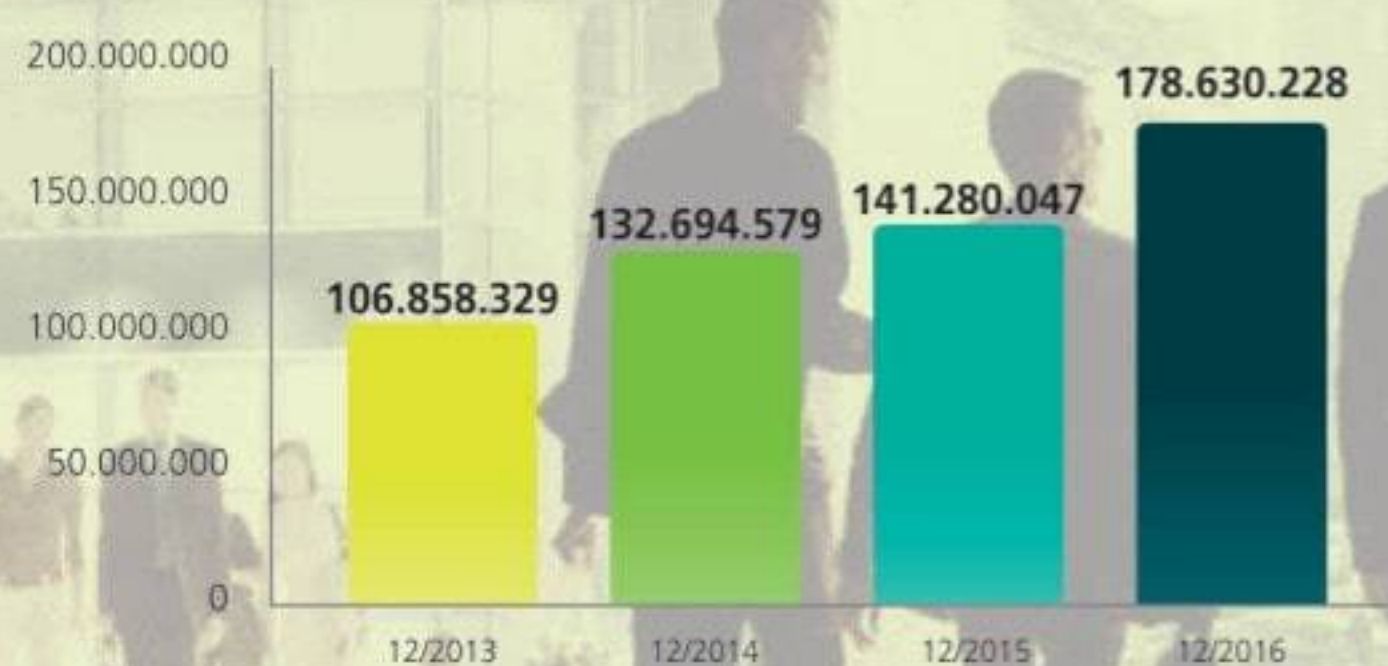
CENTRALIZAÇÃO FINANCEIRA



OPERAÇÕES DE CRÉDITO

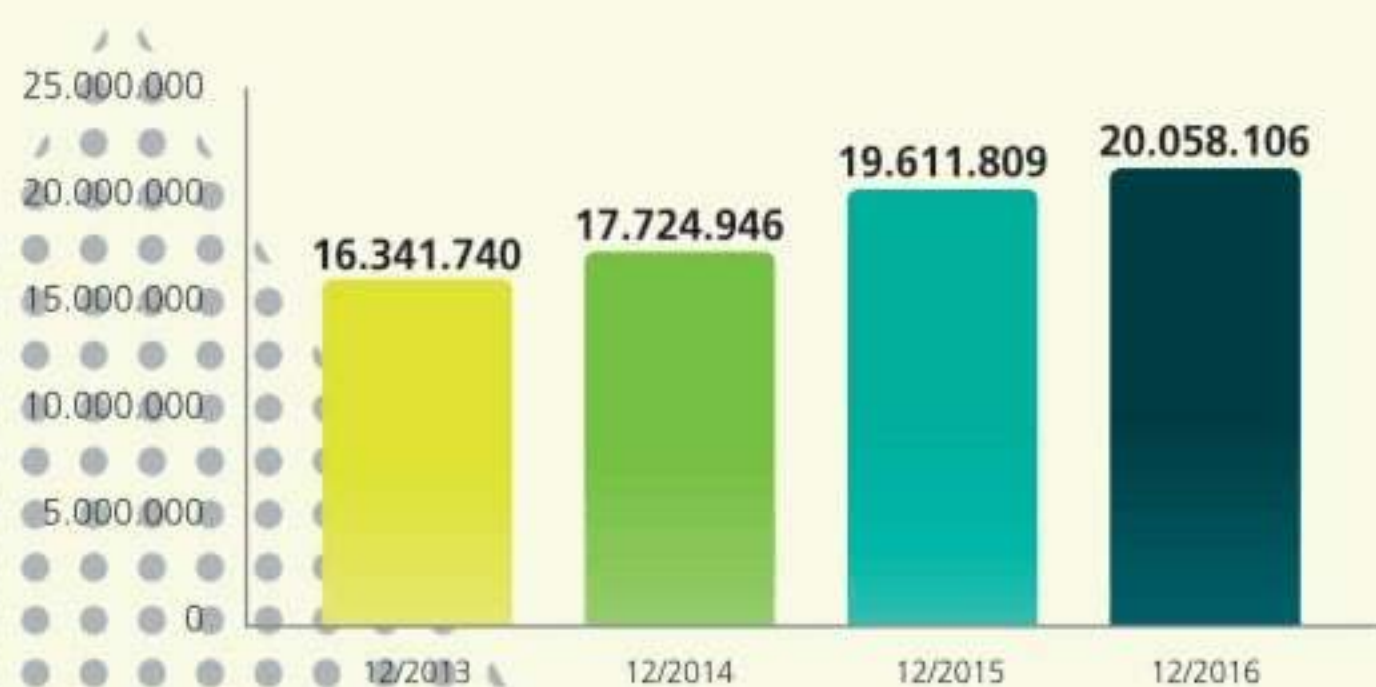


DEPÓSITOS

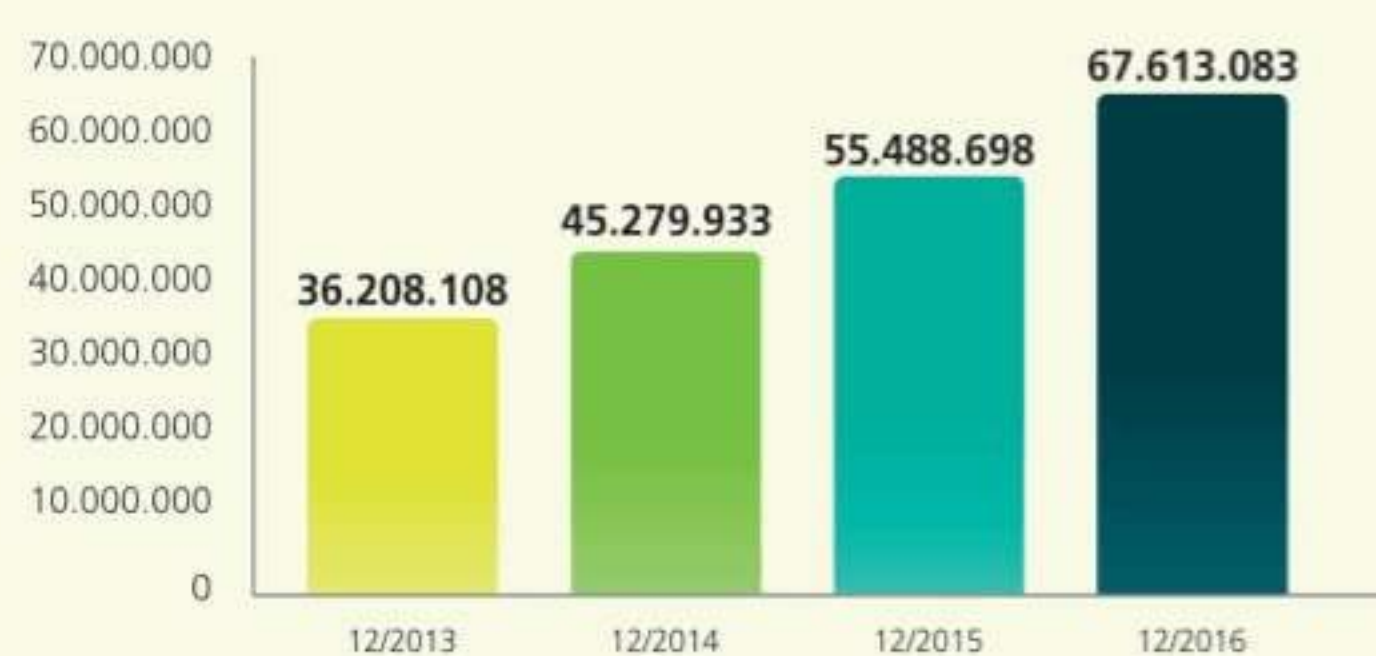




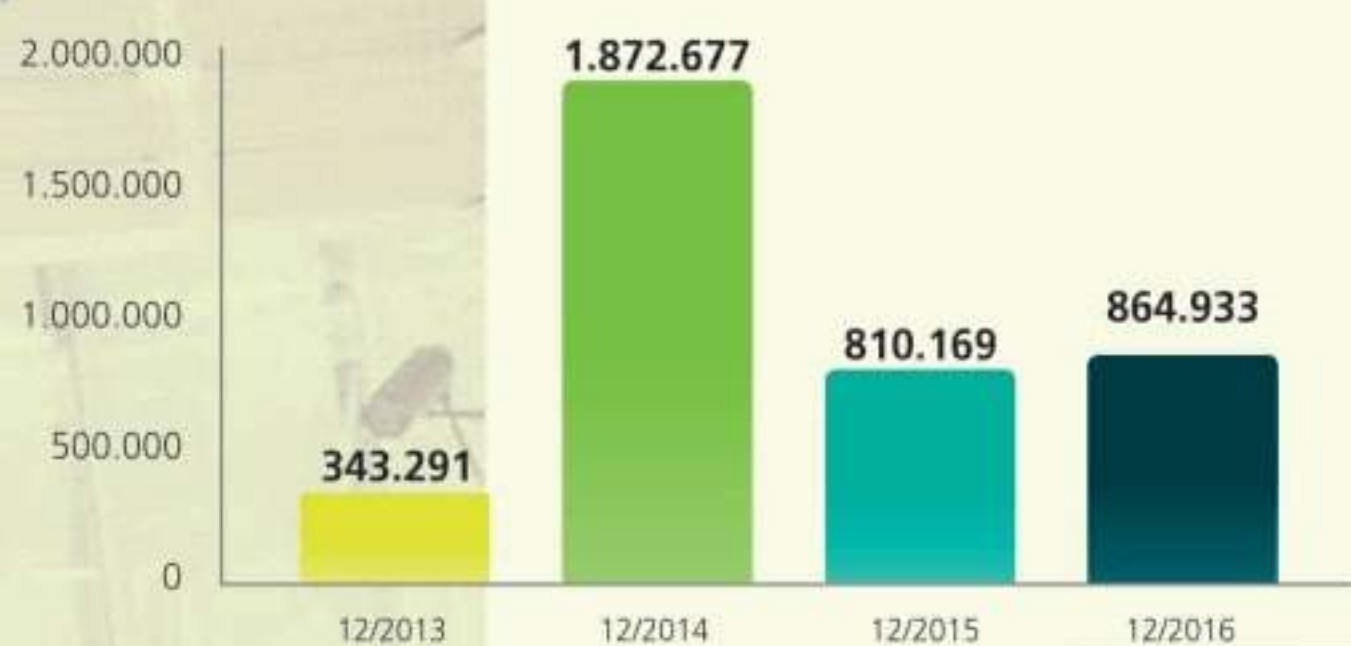
CAPITAL SOCIAL



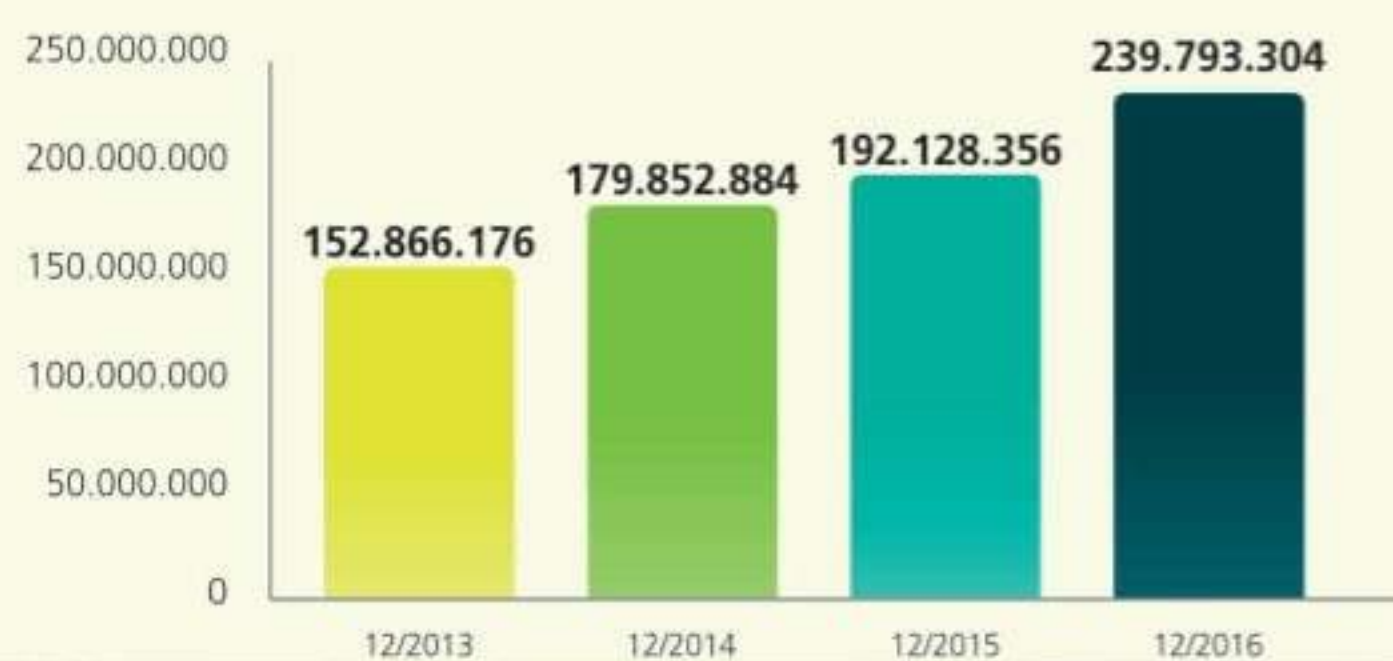
POUPANÇA



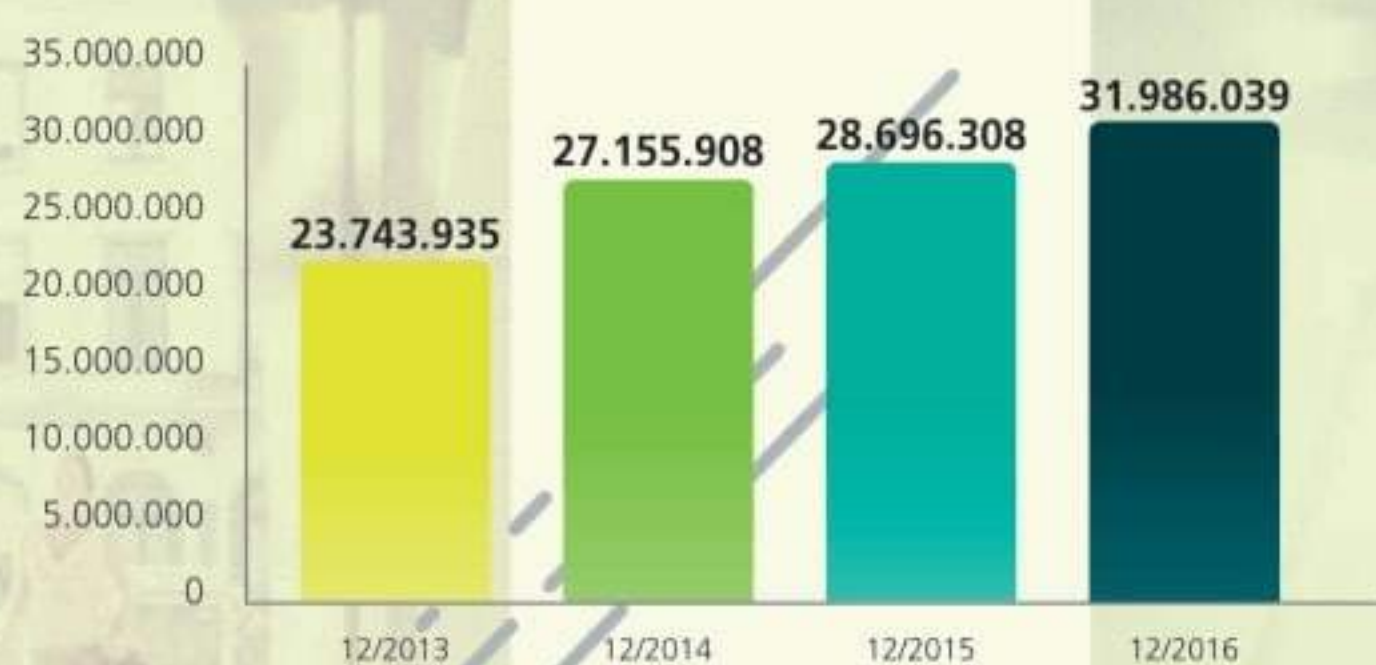
SOBRAS LÍQUIDAS



TOTAL DE ATIVOS



PATRIMÔNIO LÍQUIDO



JUROS AO CAPITAL





Relatório da Administração

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do semestre findo em 31/12/2016 da Cooperativa de Crédito das Matas de Minas Ltda. - SICOOB CREDISUDESTE na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2016 o SICOOB CREDISUDESTE completou 30 anos, mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2016, o SICOOB CREDISUDESTE obteve um resultado de R\$ 2.844.877,30 representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 8,89%.

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 121.415.052,84. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 100.851.260,79.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira Rural	R\$ 33.331.601,15	33,05%
Carteira Comercial	R\$ 67.519.659,64	66,95%

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2016 o percentual de 18,10% da carteira, no montante de R\$ 18.268.348,30.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 175.968.289,55, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 24,55%. As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	R\$ 50.257.310,66	28,56%
Depósitos a Prazo	R\$ 125.710.978,89	71,44%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2016 o percentual de 10,19% da captação, no montante de R\$ 17.778.576,69.

5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência do SICOOB CREDISUDESTE era de R\$30.921.725,30. O quadro de associados era composto por 30.612 cooperados, havendo um acréscimo de 1,13% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

A Singular passou a utilizar-se dos serviços prestados pela Cobrança Centralizada do SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, visando padronizar os procedimentos de cobrança de créditos de difícil recuperação.

O SICOOB CREDISUDESTE adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 91,73% nos níveis de "A" a "C".

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL CREDIMINAS que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito Bienalmente na AGO, com mandato até a AGO de 2017, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

Todos os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal participaram de um curso de formação ministrado pelo SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB CREDISUDESTE aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO e todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

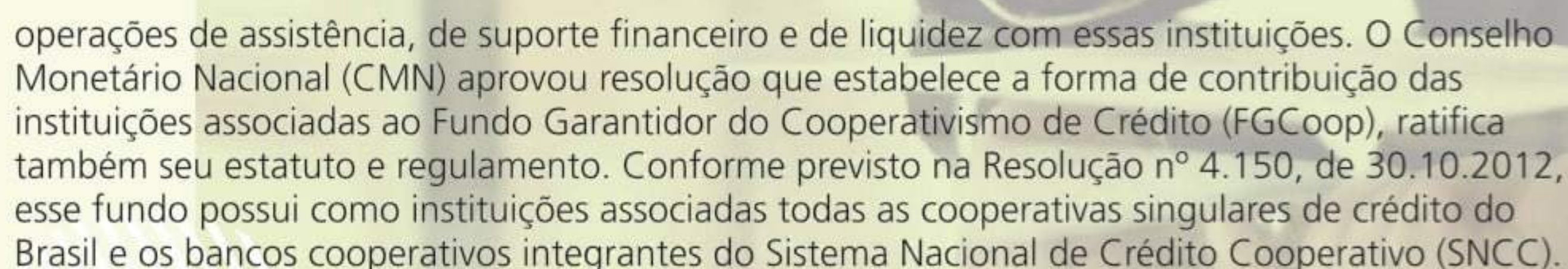
A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2016, a Ouvidoria do SICOOB CREDISUDESTE registrou 35 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 35 reclamações, 27 foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito- FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar



operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução nº 4.150, de 30.10.2012, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução/CMN nº 4.284, de 05/11/2013, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular 3.700, de 06/03/2014.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Muriae, 24 de fevereiro de 2017

Conselho de Administração e Diretoria



Demonstrações Contábeis 2016

COOPERATIVA DE CRÉDITO DAS MATAS DE MINAS LTDA.
SICOOB CREDISUDESTE

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

ATIVO	NOTA	31/12/2016	31/12/2015
Circulante		205.131.132,74	161.021.312,24
Disponibilidades		3.394.747,44	3.554.875,46
Relações Interfinanceiras	5	121.415.052,84	89.777.355,28
Centralização Financeira - Cooperativas		121.415.052,84	89.777.355,28
Operações de Crédito	6	75.273.208,82	64.980.644,24
Operações de Crédito		79.630.815,24	69.023.150,03
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(4.357.606,42)	(4.042.505,79)
Outros Créditos	7	2.205.781,58	1.651.980,06
Créditos por Avais e Fianças Honrados		106.177,55	74.243,99
Rendas a Receber		1.447.137,67	1.253.155,59
Diversos		736.072,78	357.205,87
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(83.606,42)	(32.625,39)
Outros Valores e Bens	8	2.842.342,06	1.056.457,20
Outros Valores e Bens		2.704.015,07	1.259.592,78
(Provisões para Desvalorizações)		(62.335,02)	(412.335,02)
Despesas Antecipadas		200.662,01	209.199,44
Realizável a Longo Prazo		22.810.703,62	19.408.727,12
Operações de Crédito	6	21.220.445,55	17.935.614,31
Operações de Crédito		21.220.445,55	17.935.614,31
Outros Créditos	7	1.590.258,07	1.473.112,81
Diversos		1.590.258,07	1.473.112,81
Permanente		11.851.467,71	11.698.316,33
Investimentos	9	8.974.380,49	8.740.858,19
Participações em Cooperativas		8.954.782,45	8.721.260,15
Outros Investimentos		19.598,04	19.598,04
Imobilizado em Uso	10	2.877.050,33	2.839.542,82
Imóveis de Uso		753.711,07	753.711,07
Outras Imobilizações de Uso		6.608.978,87	5.112.653,94
(Depreciações Acumuladas)		(4.485.639,61)	(3.026.822,19)
Intangível	11	-	1.018,37
Ativos Intangíveis		11.923,70	12.644,90
(Amortização Acumulada)		(11.923,70)	(11.626,53)
Diferido	12	36,89	116.896,95
Gastos de Organização e Expansão		1.490,28	1.069.642,45
(Amortização Acumulada)		(1.453,39)	(952.745,50)
TOTAL DO ATIVO		239.793.304,07	192.128.355,69

(Valores expressos em R\$)

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

PASSIVO	NOTA	31/12/2016	31/12/2015
Circulante		201.920.121,04	158.798.918,54
Depósitos	13	175.968.289,55	141.280.046,93
Depósitos à Vista		50.257.310,66	44.942.491,53
Depósitos a Prazo		125.710.978,89	96.337.555,40
Relações Interfinanceiras	14	20.868.432,93	12.679.059,92
Repasse Interfinanceiros		20.868.432,93	12.679.059,92
Relações Interdependências	15	1.594.199,85	1.003.015,39
Recursos em Trânsito de Terceiros		1.594.199,85	1.003.015,39
Outras Obrigações	16	3.489.198,71	3.836.796,30
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		25.313,32	18.670,30
Sociais e Estatutárias		370.588,66	778.480,81
Fiscais e Previdenciárias		742.169,02	624.717,59
Diversas		2.351.127,71	2.414.927,60
Exigível a Longo Prazo		5.887.143,91	4.633.129,18
Relações Interfinanceiras	14	4.285.530,59	2.998.697,73
Repasse Interfinanceiros		4.285.530,59	2.998.697,73
Outras Obrigações	16	1.601.613,32	1.634.431,45
Diversas		1.601.613,32	1.634.431,45
Patrimônio Líquido	18	31.986.039,12	28.696.307,97
Capital Social		21.934.850,88	19.611.809,24
De Domiciliados no País		21.960.952,38	19.616.353,92
(Capital a Realizar)		(26.101,50)	(4.544,68)
Reserva de Lucros		9.186.255,52	8.274.329,98
Sobras Acumuladas		864.932,72	810.168,75
TOTAL		239.793.304,07	192.128.355,69

(Valores expressos em R\$)

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015**

DESCRIÇÃO	NOTA	2º Semestre de 2016	31/12/2016	31/12/2015
Receitas (Ingressos) da Intermediação Financeira		13.311.458,57	25.750.558,40	25.551.087,04
Operações de Crédito		13.311.458,57	25.750.558,40	25.551.087,04
Despesas (Dispêndios) da Intermediação Financeira		(9.271.125,19)	(19.385.271,69)	(15.057.528,37)
Operações de Captação no Mercado		(7.797.377,63)	(14.873.024,40)	(11.322.768,26)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses		(920.982,74)	(1.573.392,55)	(916.697,15)
Provisão para Operações de Créditos		(552.764,82)	(2.938.854,74)	(2.818.062,96)
Resultado Bruto Intermediação Financeira		4.040.333,38	6.365.286,71	10.493.558,67
Outras Receitas / Despesas (Ingressos / Dispêndios) Operacionais		(943.272,44)	(3.053.722,42)	(6.649.831,37)
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços		1.840.777,85	3.512.699,79	3.083.043,92
Rendas (Ingressos) de Tarifas Bancárias		2.105.403,61	3.744.379,71	3.258.521,43
Despesas (Dispêndios) de Pessoal		(6.760.925,81)	(13.277.024,35)	(12.227.238,44)
Outras Despesas (Dispêndios) Administrativas		(5.473.177,60)	(10.971.447,05)	(10.170.587,93)
Despesas (Dispêndios) Tributárias		(150.982,91)	(307.190,74)	(259.372,03)
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		7.649.255,53	13.911.810,57	9.414.294,19
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	21	607.083,63	1.799.476,89	1.375.580,41
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	22	(760.706,74)	(1.466.427,24)	(1.124.072,92)
Resultado Operacional		3.097.060,94	3.311.564,29	3.843.727,30
Resultado Não Operacional	23	32.988,76	58.179,30	31.153,24
Resultado Antes da Tributação/Participações		3.130.049,70	3.369.743,59	3.874.880,54
Imposto de Renda sobre Atos Não Cooperativos		(165.957,12)	(303.168,89)	(264.372,89)
Contribuição Social sobre Atos Não Cooperativos		(120.659,11)	(221.697,40)	(182.858,35)
Sobras antes das Destinações		2.843.433,47	2.844.877,30	3.427.649,30
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO	18.d	-	(152.635,19)	(961.734,37)
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social		-	(50.878,40)	(745.689,37)
Reserva Legal		-	(101.756,79)	(216.045,00)
SOBRAS LÍQUIDAS		2.843.433,47	2.692.242,11	2.465.914,93
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO		1.827.309,39	1.827.309,39	1.655.746,18

(Valores expressos em R\$)

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015**

EVENTOS	CAPITAL		RESERVA DE SOBRAS	Sobras ou Perdas Acumuladas	TOTAIS
	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Legal		
Saldos em 31/12/2014	17.771.410,94	(46.465,13)	7.558.284,98	1.872.677,46	27.155.908,25
Destinação de Sobras Exercício Anterior:					
Constituição de Reservas	-	-	500.000,00	(500.000,00)	-
Em Conta Corrente do Associado	-	-	-	(996.440,48)	(996.440,48)
Ao Capital	375.803,37	-	-	(375.803,37)	-
Cotas de Capital a Pagar - Ex associados	-	-	-	(433,61)	(433,61)
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização	530.719,33	41.920,45	-	-	572.639,78
Por Devolução (-)	(688.473,65)	-	-	-	(688.473,65)
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	3.427.649,30	3.427.649,30
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	(1.655.746,18)	(1.655.746,18)
Integralização de Juros ao Capital	1.635.183,64	-	-	-	1.635.183,64
IRRF Sobre Juros ao Capital	(8.289,71)	-	-	-	(8.289,71)
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	(691.678,12)	(691.678,12)
Destinação das Sobras ou Perdas:					
. Fundo de Reserva	-	-	216.045,00	(216.045,00)	-
. FATES	-	-	-	(54.011,25)	(54.011,25)
Saldos em 31/12/2015	19.616.353,92	(4.544,68)	8.274.329,98	810.168,75	28.696.307,97
Saldos em 31/12/2015	19.616.353,92	(4.544,68)	8.274.329,98	810.168,75	28.696.307,97
Destinação de Sobras Exercício Anterior:					
Constituição de Reservas	-	-	810.168,75	(810.168,75)	-
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização	2.302.521,24	(21.556,82)	-	-	2.280.964,42
Por Devolução (-)	(1.713.989,50)	-	-	-	(1.713.989,50)
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	2.844.877,30	2.844.877,30
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	(1.827.309,39)	(1.827.309,39)
Integralização de Juros ao Capital	1.766.668,35	-	-	-	1.766.668,35
IRRF Sobre Juros ao Capital	(10.601,63)	-	-	-	(10.601,63)
Destinação das Sobras ou Perdas:					
. Fundo de Reserva	-	-	101.756,79	(101.756,79)	-
. FATES	-	-	-	(50.878,40)	(50.878,40)
Saldos em 31/12/2016	21.960.952,38	(26.101,50)	9.186.255,52	864.932,72	31.986.039,12
Saldos em 30/06/2016	19.632.786,28	(46.959,21)	9.084.498,73	1.443,83	28.671.769,63
Destinação de Sobras Exercício Anterior:					
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização	1.807.200,16	20.857,71	-	-	1.828.057,87
Por Devolução (-)	(1.235.100,78)	-	-	-	(1.235.100,78)
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	2.843.433,47	2.843.433,47
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	(1.827.309,39)	(1.827.309,39)
Integralização de Juros ao Capital	1.766.668,35	-	-	-	1.766.668,35
IRRF Sobre Juros ao Capital	(10.601,63)	-	-	-	(10.601,63)
Destinação das Sobras ou Perdas:					
. Fundo de Reserva	-	-	101.756,79	(101.756,79)	-
. FATES	-	-	-	(50.878,40)	(50.878,40)
Saldos em 31/12/2016	21.960.952,38	(26.101,50)	9.186.255,52	864.932,72	31.986.039,12

(Valores expressos em R\$)

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 - MÉTODO INDIRETO

DESCRIÇÃO	2º Semestre de 2016	31/12/2016	31/12/2015
Atividades Operacionais			
Sobras dos Exercícios Antes da Tributação	3.130.049,70	3.369.743,59	3.874.880,54
IRPJ / CSLL	(286.616,23)	(524.866,29)	(447.231,24)
Provisão para Operações de Crédito	(585.343,05)	315.100,63	345.006,89
Depreciações e Amortizações	285.494,56	561.563,11	570.050,25
Provisão de Juros ao Capital	(1.827.309,39)	(1.827.309,39)	(1.655.746,18)
Baixa no Imobilizado	31.047,46	31.047,46	-
	747.323,05	1.925.279,11	2.686.960,26
(Aumento) Redução em Ativos Operacionais			
Operações de Crédito	2.164.657,48	13.892.496,45	5.812.101,32
Outros Créditos	(314.058,20)	(670.946,78)	(169.096,38)
Outros Valores e Bens	1.727.772,13	1.785.884,86	104.349,59
Aumento (Redução) em Passivos Operacionais			
Depósitos à Vista	6.436.675,30	5.314.819,13	4.845.441,75
Depósitos sob Aviso	19.085,05	(2.277,12)	31.391,07
Depósitos a Prazo	11.794.016,32	29.375.700,61	3.708.634,62
Outras Obrigações	(1.046.970,24)	(380.415,72)	(2.004.383,74)
Relações Interdependências	1.545.474,63	591.184,46	3.502.627,28
Relações Interfinanceiras	4.618.650,00	9.476.205,87	651.360,51
Caixa Líquido (Aplicado)/Originado em Atividades Operacionais	24.865.197,66	29.951.168,25	19.169.386,28
Atividades de Investimentos			
Alienação de Imobilizações de Uso	-	-	51,27
Inversões em Imobilizado de Uso	(312.046,25)	(512.239,65)	(782.113,93)
Inversões em Investimentos	(7.793,33)	(233.522,30)	(258.751,76)
Caixa Líquido (Aplicado)/Originado em Investimentos	(319.839,58)	(745.761,95)	(1.040.814,42)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital	1.828.057,87	2.280.964,42	572.639,78
Devolução de Capital à Cooperados	(1.235.100,78)	(1.713.989,50)	(688.473,65)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital a Pagar	-	-	(433,61)
Destinação de Sobras Exercício Anterior em C/C Associados	-	-	(996.440,48)
Integralização de Juros ao Capital	1.766.668,35	1.766.668,35	1.635.183,64
IRRF sobre Juros ao Capital	(10.601,63)	(10.601,63)	(8.289,71)
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos	-	-	(691.678,12)
FATES Sobras Exercício	(50.878,40)	(50.878,40)	(54.011,25)
Caixa Líquido (Aplicado)/Originado em Financiamentos	2.298.145,41	2.272.163,24	(231.503,40)
Aumento/(Redução) Líquida das Disponibilidades	26.843.503,49	31.477.569,54	17.897.068,46
Modificações em Disponibilidades Líquidas			
No Início do Período	97.966.296,79	93.332.230,74	75.435.162,28
No Fim do Período	124.809.800,28	124.809.800,28	93.332.230,74
Variação Líquida das Disponibilidades	26.843.503,49	31.477.569,54	17.897.068,46

(Valores expressos em R\$)

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

COOPERATIVA DE CRÉDITO DAS MATAS DE MINAS LTDA
SICOOB CREDISUDESTE - CNPJ - 22.656.789/0001-76

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Valores expressos em reais, exceto quando especificado)

1. Contexto operacional

A Cooperativa de Crédito das Matas de Minas Ltda. - SICOOB CREDISUDESTE é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 04/08/1986, filiada à Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. – SICOOB CENTRAL CREDIMINAS e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/64, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/71, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/09, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/15, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB CREDISUDESTE possui Postos de Atendimento (PA's) nas seguintes localidades: Dorcas do Rio Preto – ES, Fervedouro – MG, São Francisco do Glória – MG, Alto Caparaó – MG, Orizânia – MG, Divino – MG, Alto Jequitibá – MG, Caparaó – MG, Caiana – MG, Varre-Sai – RJ, Espera Feliz – MG, Barra – cidade de Muriaé – MG, Miraf – MG, São Sebastião da Vargem Alegre – MG, Vieiras – MG, Eugenópolis – MG, Miradouro – MG, Patrocínio do Muriaé – MG, Ervália – MG, Ubá – MG e Dornelas na cidade de Muriaé – MG.

O SICOOB CREDISUDESTE tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (I) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (II) Oferecer formação educacional a seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua, da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (III) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da administração e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a

funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, tendo sido aprovada pela Administração em 24 de fevereiro de 2017.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para passivos contingentes, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos Contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/12; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/08; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/08; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/09; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/11; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/11; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/11; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/09, CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis – Resolução CMN nº 1.376/11 e CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados – Resolução CMN nº 4.424/15.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

b) Aplicações em títulos e valores mobiliários

As aplicações financeiras a serem mantidas até o seu vencimento são demonstradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

c) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

d) Provisão para operações de crédito

É constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

A Resolução CMN nº 2.682/99 estabeleceu os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, sendo AA o risco mínimo e H o risco máximo.

e) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria

administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

f) Investimentos

São representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL CREDIMINAS** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

g) Imobilizado

Os equipamentos de processamento de dados, os móveis, os utensílios entre outros equipamentos, as instalações, as edificações, os veículos, as benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros e os softwares são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas em nota específica abaixo.

h) Diferido

O ativo diferido foi constituído por registro de marcas e patentes registrados pelos custos de aquisição, e classificados nessa conta conforme determinação do Cosif. Esses gastos estão sendo amortizados pelo método linear no período de 5 anos.

Conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.617/08, devem ser registrados no ativo diferido, exclusivamente, os gastos que contribuirão para o aumento do resultado de mais de um exercício social. Os saldos existentes em setembro de 2008 são mantidos até a sua efetiva realização.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis compreendem softwares adquiridos de terceiros e são amortizados ao longo de sua vida útil estimada.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Valor recuperável de ativos – "impairment"

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2016 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

l) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, que são os líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido, assim como das despesas a apropriar referentes aos encargos contratados até o fim do contrato, quando calculáveis.

m) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

n) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

o) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

p) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou de outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

q) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

r) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

s) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação.

t) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e

eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2016

4. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalente de caixa compreendem:

DESCRIÇÃO	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e depósitos bancários	3.394.747,44	3.554.875,46
Relações interfinanceiras - centralização financeira	121.415.052,84	89.777.355,28
Total	124.809.800,28	93.332.230,74

5. Relações interfinanceiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas

DESCRIÇÃO	31/12/2016	31/12/2015
Centralização Financeira - Cooperativas (a)	121.415.052,84	89.777.355,28
Total	121.415.052,84	89.777.355,28

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB Central Crediminas** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15.

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2016			31/12/2015
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	307.449,66	-	307.449,66	371.368,07
Cheque Especial / Conta Garantida	7.633.343,77	-	7.633.343,77	7.424.244,10
Empréstimos	27.702.693,84	12.174.173,45	39.876.867,29	33.276.834,06
Financiamentos	4.997.744,99	4.594.800,98	9.592.545,97	12.889.199,26
Títulos Descontados	10.109.452,95	-	10.109.452,95	12.340.154,78
Financiamento Rural Próprio	6.513.742,08	1.605.553,07	8.119.295,15	6.712.736,99
Financiamento Rural Repasses	22.366.387,95	2.845.918,05	25.212.306,00	13.944.227,08
(-) Provisão para Perda com Operações de Crédito	(4.357.606,42)	-	(4.357.606,42)	(4.042.505,79)
Total	75.273.208,82	21.220.445,55	96.493.654,37	82.916.258,55

A partir de março de 2015 ocorreu a implantação da nova Plataforma de Risco de Crédito – PRC que contém um conjunto de 14 (quatorze) metodologias para avaliação de risco de tomadores e do risco das operações de crédito, em consonância com o preconizado na Resolução CMN nº 2.682/99. Desde então, as cooperativas podem utilizar a PRC para subsidiar as suas decisões de crédito. A avaliação de risco das operações é feita com base em Estimativa de Perdas (PE) e parte da combinação do risco do tomador (PD – Probabilidade de Descumprimento) com o componente de risco Perda Dado o Descumprimento (LGD, em inglês), que é definido em função das garantias vinculadas.

a) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Total em 31/12/2016	Provisões 31/12/2016	Total em 31/12/2015	Provisões 31/12/2015
AA	-	Normal	850.077,32	-	1.286.777,53	-
A	0,50%	Normal	28.281.886,68	(141.409,53)	27.873.092,34	(139.365,55)
B	1%	Normal	51.532.538,84	(515.325,74)	40.675.009,23	(406.750,35)
B	1%	Vencidas	753.652,55	(7.536,53)	791.750,45	(7.917,51)
C	3%	Normal	10.493.941,27	(314.818,45)	9.985.495,96	(299.565,07)
C	3%	Vencidas	594.069,36	(17.822,09)	810.215,81	(24.306,49)
D	10%	Normal	3.417.164,06	(341.716,64)	777.390,57	(77.739,11)
D	10%	Vencidas	414.632,32	(41.463,26)	1.075.912,26	(107.591,29)
E	30%	Normal	910.725,05	(273.217,70)	177.371,24	(53.211,41)
E	30%	Vencidas	683.501,32	(205.050,54)	527.218,07	(158.165,52)
F	50%	Normal	403.105,42	(201.552,85)	224.545,13	(112.272,64)
F	50%	Vencidas	301.215,56	(150.607,88)	122.007,23	(61.003,65)
G	70%	Normal	110.043,75	(77.030,68)	64.003,30	(44.802,34)
G	70%	Vencidas	115.509,37	(80.856,61)	60.534,57	(42.374,23)
H	100%	Normal	541.131,93	(541.131,93)	1.105.293,35	(1.105.293,35)
H	100%	Vencidas	1.448.065,99	(1.448.065,99)	1.402.147,30	(1.402.147,30)
Total Normal			96.540.614,32	(2.406.203,51)	82.168.978,65	(2.238.999,80)
Total Vencido			4.310.646,47	(1.951.402,91)	4.789.785,69	(1.803.505,99)
Total Geral			100.851.260,79	(4.357.606,42)	86.958.764,34	(4.042.505,79)
Provisões			(4.357.606,42)	-	(4.042.505,79)	-
Total Líquido			96.493.654,37	-	82.916.258,55	-

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (em dias):

Descrição	Sem Vencimento	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	-	10.050.187,53	17.652.506,31	12.174.173,45	39.876.867,29
Títulos Descontados	-	9.158.803,47	950.649,48	-	10.109.452,95
Financiamentos	-	1.540.593,96	3.457.151,03	4.594.800,98	9.592.545,97
Financiamentos Rurais	-	4.214.844,15	24.665.285,88	4.451.471,12	33.331.601,15
Adiantamento a Depositantes	307.449,66	-	-	-	307.449,66
Cheque Especial / Conta Garantida	7.633.343,77	-	-	-	7.633.343,77
Total	7.940.793,43	24.964.429,11	46.725.592,70	21.220.445,55	100.851.260,79

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto e atividade econômica:

Atividade Econômica	Conta Corrente	Crédito Rural	Empréstimo	Títulos Descontados	Total
PESSOA FÍSICA	2.622.213,15	33.069.726,15	30.813.291,86	1.193.293,52	67.698.524,68
SET.PRIV.ATV.EMP.AGROPECUÁRIA	46.849,40	178.438,97	80.953,86	69.443,67	375.685,90
SET.PRIV.ATV.EMP.COMÉRCIO	3.752.171,07	83.436,03	11.836.811,09	6.643.681,75	22.316.099,94
SET.PRIV.ATV.EMP.INDÚSTRIA	560.483,27	-	1.873.219,35	1.364.559,84	3.798.262,46
SET.PRIV. IGREJA. TEMPLO. ENT. RELIGIOSAS	-	-	13.483,83	-	13.483,83
SET.PRIV. OUTROS SERVIÇOS	959.075,22	-	4.814.797,67	838.474,17	6.612.347,06
SET.PRIV.ATV.AGENCIAMENTO.TURISMO	1,32	-	42.081,40	-	42.082,72
Total	7.940.793,43	33.331.601,15	49.474.639,06	10.109.452,95	100.856.486,59

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Inicial	4.042.505,79	3.697.498,90
Constituições/Reversões no período	3.242.891,19	2.898.750,49
Transferência para Prejuízo no período	(2.927.790,56)	(2.553.743,60)
Total	4.357.606,42	4.042.505,79

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2016	% Carteira Total	31/12/2015	% Carteira Total
Maior Devedor	1815.568,64	1,80%	1.453.405,25	1,67%
10 Maiores Devedores	12.676.082,41	12,54%	10.325.112,59	11,86%
50 Maiores Devedores	27.873.917,20	27,64%	22.598.847,37	25,97%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	9.308.990,67	9.453.467,47
Valor das operações transferidas no período	2.927.790,56	2.553.743,60
Valor das operações recuperadas no período	(1.279.296,99)	(1.169.936,18)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(187.352,09)	(1.528.284,22)
Total	10.770.132,15	9.308.990,67

h) Receitas de Operações de Crédito:

Operações de Crédito	31/12/2016	31/12/2015
Rendas de Adiantamentos a depositantes	595.709,25	597.466,28
Rendas de Empréstimos	14.760.030,88	13.945.634,93
Rendas de Títulos Descontados	3.230.525,45	3.403.811,24
Rendas de Financiamentos	2.807.418,32	3.391.171,99
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações Livres	1.674.557,68	2.084.393,47
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações Repassadas e Refinanciadas	1.635.471,50	912.503,06
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	1.046.845,28	1.216.106,07
Rendas de Créditos por Avais e Fianças Honrados	0,04	-
Total de Operações de Crédito	25.750.558,40	25.551.087,04

7. Outros Créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no País, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Rendas a Receber (a)	1.447.137,67	1.253.155,59
Devedores por Depósito e Garantia (b)	1.590.258,07	1.473.112,81
Títulos e Créditos a Receber (c)	179.421,80	185.742,87
Devedores Diversos (d)	662.828,53	245.706,99
(-) Provisão para Outros Créditos	(83.606,42)	(32.625,39)
Total	3.796.039,65	3.125.092,87

a) Em Rendas a Receber estão registrados: receita sobre saldo mantido na Centralização Financeira do SICOOB CENTRAL CREDIMINAS (R\$ 1.385.654,72), rendas a receber da Previdência Social - INSS (R\$ 5.447,07), rendas de tributos federais, estaduais e municipais (R\$ 45.130,47) e outras (R\$ 10.905,41);

b) Em Devedores por Depósito em Garantia estão registrados depósitos judiciais para: PIS sobre Atos Cooperativos (R\$ 620.136,26), PIS sobre Folha de Pagamento (R\$ 932.642,30), Recursos Trabalhistas (R\$ 34.285,38) e outros (R\$ 3.194,13);

c) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados os valores a receber de cessão de direitos creditórios - cartão (R\$ 10.600,00) e tarifas (R\$ 168.821,80);

d) Em Devedores Diversos estão registrados os créditos por avais e fianças honrados (R\$ 106.177,55), adiantamento de férias aos colaboradores (R\$ 63.930,87), adiantamentos para despesas diversas (R\$ 68.556,85), adiantamentos por conta de imobilizações (R\$ 48.556,54), pendências a regularizar (R\$ 351.356,85), diferenças de compensação a receber do BANCOOB (R\$ 13.731,25) e outros (R\$ 10.518,62).

8. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Bens Não de Uso Próprio	2.704.015,07	1.259.592,78
(Provisões para Desvalorizações)	(62.335,02)	(412.335,02)
Despesas Antecipadas	200.662,01	209.199,44
Total	2.842.342,06	1.056.457,20

Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor de R\$ 2.704.015,07, referente a bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, no montante de R\$ 200.662,01, referentes a prêmios de seguros, aluguéis e contribuições ao Fundo de Ressarcimento de Valores – FRV.

9. Investimentos

O saldo é representado, substancialmente, por quotas do SICOOB CENTRAL CREDIMINAS e ações do BANCOOB, conforme demonstrado:

Movimentação dos investimentos

Descrição	SICOOB CENTRAL CREDIMINAS	BANCOOB	Total
Saldo em 31/12/2014	8.455.780,26	19.598,04	8.475.378,30
Investimentos	265.479,89	-	265.479,89
Saldo em 31/12/2015	8.721.260,15	19.598,04	8.740.858,19
Saldo em 31/12/2015	8.721.260,15	19.598,04	8.740.858,19
Investimentos	233.522,30	-	233.522,30
Saldo em 31/12/2016	8.954.782,45	19.598,04	8.974.380,49

10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base nas taxas abaixo:

Descrição	Taxa de Depreciação a.a.	31/12/2016	31/12/2015
Imobilizações em Curso	(*)	28.236,00	13.137,00
Terrenos	-	44.840,98	44.840,98
Edificações	4%	708.870,09	708.870,09
Móveis e Equipamentos	10%	3.324.720,17	2.170.332,27
Sistema de Processamento de Dados	20%	2.564.462,67	2.265.740,28
Sistemas de Comunicação	10%	71.710,86	69.877,86
Sistemas de Transportes	20%	-	-
Sistema de Segurança	10%	619.849,17	593.566,53
Total		7.362.689,94	5.866.365,01
Depreciação acumulada		(4.485.639,61)	(3.026.822,19)
Total		2.877.050,33	2.839.542,82

(*) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

11. Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da entidade.

Descrição	Taxa de Amortização	31/12/2016	31/12/2015
Softwares	Até 20% a.a.	11.923,70	12.644,90
Amortização acumulada		(11.923,70)	(11.626,53)
Total		-	1.018,37

12. Diferido

Nesta rubrica registram-se as benfeitorias realizadas nas propriedades de terceiros, e pelos softwares adquiridos, registrados pelos custos incorridos nas benfeitorias e pelo custo de aquisição, respectivamente.

Descrição	Taxa de Amortização	31/12/2016	31/12/2015
Benfeitorias/Programas de Computador	Até 20% a.a.	1.490,28	1.069.642,45
Amortização acumulada		(1.453,39)	(952.745,50)
Total		36,89	116.896,95

13. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos à vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos preestabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério pro rata temporis, já as remunerações pré fixadas são calculadas em relação ao prazo final da operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Depósito à Vista	50.257.310,66	44.942.491,53
Depósito Sob Aviso	313.951,63	316.228,75
Depósito a Prazo	125.397.027,26	96.021.326,65
Total	175.968.289,55	141.280.046,93

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), constituído conforme Resoluções CMN nº 4.150/12 e 4.284/13. Este fundo tem como instituições associadas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). Este fundo tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada. A contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125% dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Crédito dos bancos, o FGC, que considera, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, de acordo com a Resolução CMN nº 4.150/12.

Despesas com Operações de Captação de Mercado:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	38.418,14	36.395,21
Despesas de Depósitos a Prazo	14.593.804,22	11.084.781,16
Desp. Contribuição ao Fundo Garantidor	240.802,04	201.591,89
Total Despesas com Captação no Mercado	14.873.024,40	11.322.768,26

14. Relações interfinanceiras / Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2016 Curto prazo	31/12/2016 Longo prazo	31/12/2015
BANCOOB	De 2% a.a. até 9,5% a.a.	Entre 20/02/2017 e 06/07/2021	20.840.708,55	4.037.247,68	13.927.141,46
CENTRALIZAÇÃO FINANCEIRA	De 5,50% a.a. até 6,75% a.a.	Entre 15/12/2017 e 21/10/2019	27.724,38	248.282,91	1.750.616,19
Total			20.868.432,93	4.285.530,59	15.677.757,65

15. Relações interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Ordens de Pagamento (a)	1.557.363,07	985.961,19
Concessionários de Serviços Públicos	18.212,92	15.652,07
Outros Recebimentos em Trânsito de Terceiros	18.623,86	1.402,13
Total	1.594.199,85	1.003.015,39

a) Referem-se a ordens de pagamento emitidas aos associados, por solicitação destes, com respectivo débito em conta corrente.

16. Outras Obrigações

16.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a)	208.125,37	745.689,37
Cotas de capital a pagar (b)	162.463,29	32.791,44
Total	370.588,66	778.480,81

a) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e por 5% das sobras líquidas, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

b) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social.

16.2 Diversas

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Despesas de Pessoal	1.366.707,54	1.289.355,78
Outras Despesas Administrativas (a)	561.503,19	491.427,68
Cheques Descontados (b)	106.794,99	333.672,86
Credores Diversos – País (c)	262.157,04	253.901,91
Provisão para Garantias Prestadas	53.964,98	46.569,37
Provisão para Passivos Contingentes (d)	1.601.613,32	1.634.431,45
Total	3.952.741,03	4.049.359,05

a) Refere-se a provisão para pagamento de despesas com água/energia e gás (R\$ 26.534,50), aluguéis (R\$ 84.074,95), comunicações (R\$ 42.444,33), processamento de dados (R\$ 99.837,49), segurança e vigilância (R\$ 83.636,18), manutenção e conservação de bens (R\$ 36.353,54), transporte (R\$ 37.909,42), plano de saúde (R\$ 86.375,19), seguro prestamista (R\$ 59.421,46) e outras (R\$ 4.916,10);

b) Refere-se a cheques depositados, relativo a descontos enviados a compensação, porém não baixados até a data-base de 31/12/2016;

c) Referem-se a Contas Salário de empresas conveniadas a pagar (R\$ 107.835,22), pendências a regularizar (R\$ 2.683,80), diferença de caixa (R\$ 16.839,83), diferenças de compensação a acertar com o BANCOOB (R\$ 17.413,23), valores a repassar ao SICOOB CENTRAL CREDIMINAS pela prestação de serviços (R\$ 95.759,85) e outros (R\$ 21.625,11);

d) Considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida, foram constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2016		31/12/2015	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
PIS	620.136,26	620.136,26	591.576,36	591.576,66
PIS FOLHA	943.997,55	932.642,30	794.824,63	786.649,34
Trabalhistas	34.285,38	34.285,38	196.043,94	42.900,29
Outras contingências	3.194,13	3.194,13	51.986,52	51.986,52
Total	1.601.613,32	1.590.258,07	1.634.431,45	1.473.112,81

Movimentação das provisões para passivos contingentes:

Descrição	PIS FATURAMENTO	PIS S/FOLHA	Trabalhistas	Total
Saldos em 31/12/2014	564.444,27	697.267,32	106.767,90	1.368.479,49
Provisões / Atualizações feitas durante o período	28.963,92	97.557,31	102.458,02	228.979,25
Provisões utilizadas / Reversões durante o período	(1.831,83)	-	(13.181,98)	(15.013,81)
Saldos em 31/12/2015	591.576,36	794.824,63	196.043,94	1.582.444,93
Saldos em 31/12/2014	591.576,36	794.824,63	196.043,94	1.582.444,93
Provisões / Atualizações feitas durante o período	28.647,67	149.482,53	69.134,44	247.264,64
Provisões utilizadas / Reversões durante o período	(87,77)	(309,61)	(230.893,00)	(231.290,38)
Saldos em 31/12/2015	620.136,26	943.997,55	34.285,38	1.598.419,19

PIS - quando do advento da Lei nº 9.718/98, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS. Consequentemente, registrou as correspondentes obrigações referentes ao período de março de 1999 a julho de 2004, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Depósitos em Garantia.

16.3 Fiscais e previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar	126.437,42	102.834,42
Impostos e Contribuições a receber	615.731,60	521.883,17
Total	742.169,02	624.717,59

17. Instrumentos financeiros

O SICOOB CREDISUDESTE opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

18. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Capital Social	21.934.850,88	19.611.809,24
Associados	30.612	30.269

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/06, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 13 de abril de 2016, os cooperados deliberaram pela integralização de 100% das sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 no fundo de reserva.

d) Destinações estatutárias e legais

De acordo com o estatuto social da cooperativa e a Lei nº 5.764/71, a sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Sobra líquida do exercício	1.017.568,35	1.771.903,12
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	-	(691.678,12)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	1.017.568,35	1.080.225,00
Destinações estatutárias	(152.635,63)	(269.056,25)
Reserva legal – 10%	(101.756,79)	(216.045,00)
Fundo de assistência técnica, educacional e social – 5%	(50.878,84)	(54.011,25)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	864.932,72	810.168,75

A Reserva Legal destina-se a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;

O Fundo de assistência técnica, educacional e social (FATES) é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa; e

Os resultados decorrentes de atos não cooperativos, quando positivos, são destinados ao FATES.

19. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Receita de prestação de serviços	3.013.411,96	2.593.404,06
Despesas específicas de atos não cooperativos	(291.604,38)	(241.451,25)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(1.488.509,14)	(1.306.531,71)
Resultado operacional	1.233.298,44	1.045.421,10
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	58.179,30	93.488,26
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(524.866,52)	(447.231,24)
Dedução Resoluções Sicoob Confederação 129/16 e 145/16	(766.611,22)	-
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	-	691.678,12

20. Pagamento de Juros ao Capital

A Cooperativa provisionou e pagou juros ao capital próprio, remunerando o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram a Lei Complementar 130/09. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular Bacen nº 2.739/97.

21. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Recuperação de Encargos e Despesas	212.741,41	34.932,55
Reversão de Outras Provisões Operacionais	24.256,40	-
Rendas de Repasses Interfinanceiros	177.786,22	132.619,84
Atualização de Depósitos Judiciais	-	14.500,69
Rendas de Cartões	722.712,63	581.270,48
Dividendos	6.930,58	5.339,50
Outras Rendas Operacionais (a)	655.049,65	606.917,35
Total	1.799.476,89	1.375.580,41

a) Refere-se à distribuição de sobras do SICOOB CENTRAL CREDIMINAS (R\$ 549.608,31) e outras rendas (R\$ 105.441,34).

22. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Descontos Concedidos em Renegociações	136.125,84	119.722,36
Descontos Concedidos em Operações de Crédito	72.869,65	246.722,82
Cancelamento de Tarifas Pendentes	370.236,88	310.290,43
Contribuições ao Fundo Garantidor de Depósitos	9.871,60	9.668,18
Provisão para Passivos Contingentes	189.657,90	142.315,92
Outras Despesas Operacionais (a)	332.451,59	211.093,36
Outros	850,45	-
Provisão para Garantias Prestadas	9.328,63	46.569,37
Contribuições ao Fundo de Ressarcimento de Fraudes Externas	7.957,67	25.050,33
Contribuições ao Fundo de Ressarcimento de Perdas Operacionais	3.889,81	12.640,15
Contribuições ao Fundo de Investimento em Tecnologia da Informação	333.187,22	-
Total	1.466.427,24	1.124.072,92

a) Refere-se a contribuições ao Fundo de Ressarcimento de Valores - FRV (R\$146.894,58) e outras despesas (R\$ 185.557,01).

23. Resultado não operacional

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Lucros na Alienação de Valores e Bens	7.080,00	18.763,73
Ganhos de Capital	62.551,29	84.808,64
Outras Rendas Não Operacionais	3.751,76	48.479,61
Total de Receitas Não Operacionais	73.383,05	152.051,98
Prejuízo na Alienação de Valores e Bens	(8.581,00)	(3.767,02)
Perdas de Capital	(3.096,85)	(10.453,48)
Despesas de Provisões Não Operacionais	-	(68.035,40)
Outras Despesas Não Operacionais	(3.338,65)	-
Outras	(187,25)	(38.642,84)
Total de Despesas Não Operacionais	(15.203,75)	(120.898,74)
Resultado Líquido	58.179,30	31.153,24

24. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2016:

MONTANTE DAS OPERAÇÕES ATIVAS	% em relação à carteira total
R\$ 3.056.187,82	2,00%
MONTANTE DAS OPERAÇÕES PASSIVAS	% em relação à carteira total
R\$ 2.312.561,58	1,56%

Operações ativas e passivas – saldo em 31/12/2016:

OPERAÇÕES ATIVAS			
NATUREZA DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO	VALOR DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO	PCLD (PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA)	% DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO EM RELAÇÃO À CARTEIRA TOTAL
Adiantamento a Depositantes	-	-	-
Cheque Especial / Conta Garantida	172.980,58	1.728,62	0,18%
Crédito Rural	2.253.592,11	19.423,09	2,34%
Empréstimos / Financiamentos	1.416.200,60	25.720,46	1,47%
Títulos Descontados	132.950,99	664,72	0,14%

OPERAÇÕES PASSIVAS		
Aplicações Financeiras	% em relação à carteira total	Taxa Média - %
2.303.543,01	1,83%	97,31% da CDI

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração aplicada para os associados foram as mesmas praticadas para as partes relacionadas. As taxas/remunerações praticadas estão à disposição dos associados nas dependências do SICOOB CREDISUDESTE.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2016	
Crédito Rural	4,84%
Empréstimos e Financiamentos	1,22%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,84%
Aplicações Financeiras	2,56%

As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

AS COOBRIGAÇÕES PRESTADAS A PARTES RELACIONADAS NO EXERCÍCIO DE 2016
R\$214.275,97

No exercício de 2016, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por benefícios monetários, apresentando-se da seguinte forma:

Benefícios monetários e encargos no Exercício (R\$)

Descrição	31/12/2016
Honorários	975.320,99
Gratificações da Diretoria	74.033,38
Conselheiros de Administração	438.002,48
FGTS Diretoria	90.917,31
Total	1.578.274,16

25. Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda.

O SICOOB CREDISUDESTE em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. - SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CREDIMINAS é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e

independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL CREDIMINAS a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB CREDISUDESTE responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CREDIMINAS perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL CREDIMINAS:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Ativo circulante - Relações interfinanceiras - centralização financeira (nota 5)	121.415.052,84	89.777.355,28
Ativo Permanente - Investimentos (nota 9)	8.954.782,45	8.721.260,15
Passivo circulante e não circulante - Relações interfinanceiras (nota 13)	3.015.007,29	1.750.616,19

As demonstrações contábeis do SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, em 30 de junho de 2016, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, datado de 24 de agosto de 2016, com opinião sem modificação.

A auditoria das demonstrações contábeis referente à data base 31 de dezembro de 2016 não foi concluída até a data da aprovação das demonstrações objeto dessa publicação.

26. Coobrigações e riscos em garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2016, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 6.835.568,94 (31/12/2015 - R\$ 7.423.074,85), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com outras instituições financeiras.

27. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

28. Índice de Basiléia

O Patrimônio de Referência (PR) da Cooperativa encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos.

29. Contingências Passivas

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB CREDISUDESTE, dos processos judiciais em que figura como pólo passivo, foram classificados como perdas possíveis 13 processos, totalizando R\$517.154,68.

30. Gerenciamento de Risco e de Capital

30.1 Risco operacional

As diretrizes e responsabilidades aplicáveis ao gerenciamento do risco operacional das entidades do Sicoob encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional, aprovada no âmbito dos respectivos órgãos de administração (Conselho de Administração ou, na inexistência desse, Diretoria) das entidades do Sicoob, é revisada, no mínimo, anualmente por proposta da área responsável pelo gerenciamento do risco operacional do Sicoob Confederação, em decorrência de fatos relevantes e por sugestões encaminhadas pelas cooperativas do Sicoob.

O gerenciamento de risco operacional do Sicoob é realizado de forma centralizada pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), o qual consiste em:

- a) A avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.
- b) As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.
- c) Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.
- d) A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).
- e) Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/06, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

30.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do SICOOB CREDISUDESTE objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceitua o artigo 11 da Resolução CMN 3.721/2009, o SICOOB CREDISUDESTE aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada no BANCOOB, que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico www.sicoob.com.br.

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência do modelo de mensuração de risco (backtesting).

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e de liquidez, o SICOOB CREDISUDESTE possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

30.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito do SICOOB CREDISUDESTE objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 10 da Resolução CMN 3.721/2009, o SICOOB CREDISUDESTE aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do SICOOB, centralizada no BANCOOB, a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico www.sicoob.com.br.

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o SICOOB, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o SICOOB CREDISUDESTE possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

30.4 Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital do SICOOB CREDISUDESTE objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, SICOOB CREDISUDESTE aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do SICOOB, centralizada no SICOOB CONFEDERAÇÃO, a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sitio eletrônico www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do SICOOB com objetivo de:

- a) Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do SICOOB estão sujeitas;
- b) Planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do SICOOB; e
- c) Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Muriae – MG, 31 de dezembro de 2016.

Paulo Alexandre de Oliveira Carvalho
Presidente do Conselho de Administração

Francisco Xavier Borges
Diretor Financeiro

Elison Bilheiro Ferreira
Diretor Administrativo

Aline Fabiana S. Teixeira Domingos
Contadora - CRC nº: MG 081.759/O

Relatório dos Auditores Independentes

Srs.

Conselheiros, Diretores e Associados da

COOPERATIVA DE CRÉDITO DAS MATAS DE MINAS LTDA. - SICOOB CREDISUDESTE - Muriaé - MG

Opinião sem ressalvas

Examinamos as demonstrações contábeis da COOPERATIVA DE CRÉDITO DAS MATAS DE MINAS LTDA. – SICOOB CREDISUDESTE, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os exercícios findos naquelas datas, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- *Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.*
- *Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da empresa.*
- *Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.*
- *Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.*

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte - MG, 24 de fevereiro de 2017.

BAUER AUDITORES ASSOCIADOS
CRC MG 6427

MÁRIO ORLANDO BAUER
Contador Responsável / CRC RS 017883/O-T-MG

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito das Matas de Minas Ltda – SICOOB CREDISUDESTE, CNPJ 22.656.789/0001-76, NIRE 3140000280-4, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após examinar as demonstrações financeiras e o Relatório da Administração, relativos a 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, com base no Relatório dos Auditores Independentes, Bauer Auditores Associados, emitido no dia 24 de fevereiro de 2017, declara que os atos da administração representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, nas demonstrações financeiras examinadas, a posição patrimonial e financeira do SICOOB CREDISUDESTE.

Muriaé, 24 de fevereiro de 2017

Francisco de Assis Laviola
Conselheiro Fiscal Efetivo

Ricardo Domiciano Penha
Conselheiro Fiscal Efetivo

Janaína Anselma Freitas Santana de Souza
Conselheira Fiscal Efetiva

Institucional

Razão Social

Cooperativa de Crédito das Matas
de Minas Ltda

SICOOB CREDISUDESTE

Rua Pascoal Bernardino, 101
Centro - Muriaé/MG - CEP 36880-000
Tel.: (32) 3729-3200

CNPJ: 22.656.789/0001-76

Data da Constituição: 04/08/1986

Diretoria Executiva

Francisco Xavier Borges
Diretor Superintendente

Elison Bilheiro Ferreira
Diretor Administrativo

Contadora

Aline Fabiana dos Santos Teixeira Domingos
Contadora CRC MG - 081.759

Créditos Impressão

Editora Gráfica Muriaé

Conselho de Administração

2016/2020

Paulo Alexandre de Oliveira Carvalho
Presidente

Ricardo Ferreira da Silva
Vice-Presidente

Ivaldo Nolasco Nunes Barreto
Marcos Costa de Castro
Paulo Sérgio Pina
Roberto Francisco Braz
Sérgio Augusto Fonseca Cabral
Wilson Lomar Silvestre
Willians Moreira Bastos
Zelma de Sousa e Silva

Conselho Fiscal

Efetivos

Francisco de Assis Laviola
Ricardo Domiciano Penha
Janaina Anselma Freitas Santana de Souza

Suplentes

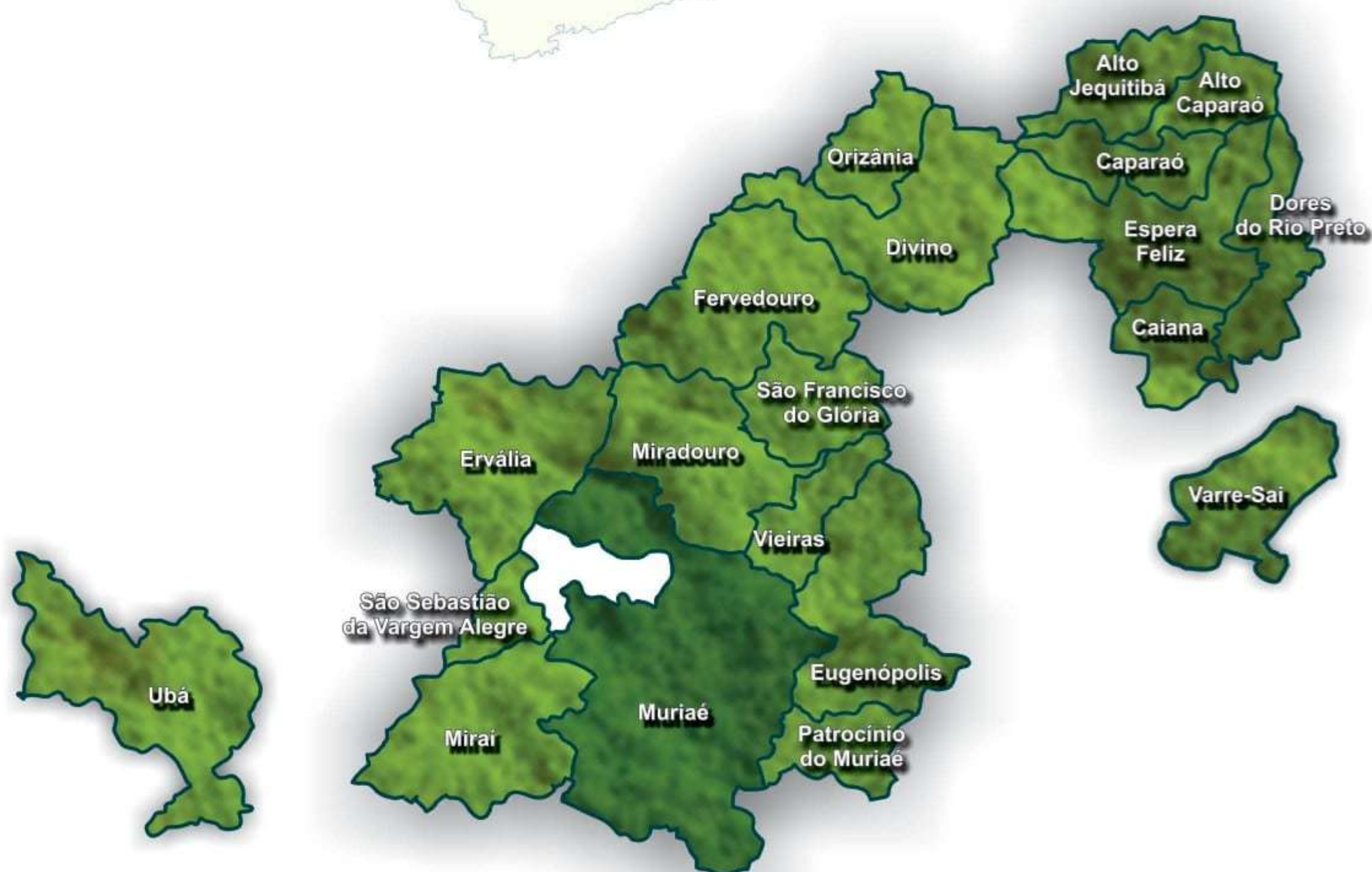
Gilmar Cardoso de Melo
Gustavo Ferreira de Oliveira
José da Silva Moraes



SICOOB
Credisudeste



Área de atendimento do **Sicoob Credisudeste**





www.sicoobcredisudeste.com.br

[f /sicoob credisudeste](#)

Ouvidoria: 0800 725 0996 | Deficientes auditivos ou de fala: 0800 940 0458